



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2017 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE

Aprovada em 29/11/2017

No dia vinte e nove de Novembro de dois mil e dezassete teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a primeira sessão extraordinária de 2017 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA DOS TRABALHOS

1. Informações do Presidente da Assembleia.

II - ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara;

2. Intervenção dos Grupos Políticos;

3. Eleições

- a) Representantes da AM na CIM - Assembleia da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra;
- b) Delegados das Uniões/Juntas de Freguesia ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- c) Representante da AM na Assembleia Distrital de Coimbra;
- d) Representantes da AM na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra (CPCJ);
- e) Representante da AM no Conselho da Comunidade do ACES – Baixo Mondego;
- f) Representante da AM no Conselho Municipal de Educação;
- g) Representante da AM no Conselho Geral do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro-Rovisco Pais;

4. Eleição para a constituição das 5 (cinco) Comissões Permanentes da Assembleia Municipal.

- a) Presidentes; Secretários.

5. Parque Verde do Mondego - Ampliação do Edifício de Restauração – Acção de relevante interesse público para a ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN), nos termos do artº 21º do Regime Jurídico da REN – Aditamento;

6. Formalização da adesão à Fundação de Serralves e desenvolvimento de parceria.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Victor Parola, Rosa Isabel, Luís Silva, António Correia, Ângela Pinto Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro e Isabel Garcia.

Presidentes de Junta de Freguesia João Marques, José Santos, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, António Coelho, Horácio Costa e Joaquim Pereira.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Eleitos directos

José Rodeiro, Paula Alves, Carolina Patrício, Rui Marques e João Parreira.

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Andrade, José Filipe, João Campos e José Simão.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Eleitos directos

Manuel Rocha, Pinto Ângelo, Filipa Malva e Victor Carvalho.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

António Lopes e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Eleitos directos

Filomena Girão, José Albino, João Aldeia, Maria dos Prazeres Francisco e Carlos Silva.

Presidente de Junta de Freguesia:

Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Helena Mendes, Lúcia Santos e Pedro Filipe.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Graça Simões e Serafim Duarte.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Deputado Municipal do MPT

Rui Campos

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes os Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Madalena Abreu, Paula Pêgo, José Silva e Francisco Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do pedido de *renúncia de mandato*, datado de 13 de Novembro de 2017, da Deputada Municipal **Teresa Anjinho**, nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, bem com o pedido de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Deputado municipal **Nuno Freitas**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Parreira**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “Período de Antes da Ordem do Dia”.

I – ABERTURA DOS TRABALHOS - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: (áudio 02:00 a 20:21 minutos – 1ª gravação)

- Pediu a aprovação da “Ordem de Trabalhos” e que a acta fosse feita em minuta para efeitos imediatos tendo sido aprovada por unanimidade;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou, que se iria realizar não só a primeira reunião comum, mas também a primeira reunião extraordinária, devido a compromissos da Assembleia perante o exterior e à necessidade de se estruturar internamente por via das suas comissões;
- Disse haver uma “*Ordem de Trabalhos*” relativamente escassa, por não haver “*Período de Antes da Ordem do Dia*”, com uma duração de cerca de uma hora, mas que haveria, no entanto, no “*Período da Ordem do Dia*”, um período dedicado à intervenção dos Líderes, logo após a intervenção do Presidente da Câmara;
- Mais informou que tinha dado posse a quatro membros da Assembleia que por circunstâncias pessoais e diversas ainda não eram membros da Assembleia, nomeadamente: Maria dos Prazeres Francisco, Rui Campos, Pedro Filipe e João Parreira;
- Deu nota das conclusões da reunião da Conferência de Líderes, destacando o acordo unânime na manutenção do Regimento existente e caso viesse a ser necessário far-se-iam as alterações que viessem a ser consideradas. Quanto à repartição dos direitos e deveres e representação dos Grupos Municipais, disse que tudo seria feito pelo Método de Hondt, mas com uma lógica regressiva, porque, se se aplicasse rigorosamente o referido Método, os três maiores grupos parlamentares, “*esmagariam*” todos os demais, permitindo assim que todos os grupos parlamentares tivessem um *tempo fixo de 3 minutos*, acrescido daquele que deriva do Método de Hondt e quanto aos deputados não inscritos, acordou o *tempo máximo de 2 minutos*;
- Disse ainda que provavelmente antes do Natal ou, entre o Natal e o Ano Novo, haveria uma outra reunião com o objecto próprio da quinta sessão ordinária anual, para aprovação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, que naquele ano especial, seria a sexta;
- Explicou que a ficha de identificação, previamente distribuída por todos os deputados municipais, deveria ser preenchida e entregue ao secretariado de modo a poderem vir a receber as respectivas senhas, bem como a entrega da foto para elaboração do cartão de “*Deputado Municipal*”;
- Quanto à constituição dos Grupos Políticos disse já lhe ter sido dado conhecimento formal, saudando os seus Líderes e salientado o seu papel dentro dos próprios partidos, explicando que a Assembleia funcionava muito na base de um diálogo estruturado com os Líderes Políticos, pela sua representatividade, pelas competências formais e informais e da maior importância para o bom andamento dos trabalhos, aconselhando a Mesa, e influenciando neles para que a Assembleia funcionasse o melhor possível;
- Terminou pedindo que fizessem chegar à Mesa, formalmente, os nomes dos representantes da Assembleia Municipal de Coimbra, nas diversas instituições concelhias e regionais;

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara: (áudio 20:25 a 29:15 minutos – 1ª gravação)

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 75.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita.

- Cumprimentou todos os membros da Assembleia Municipal desejando que cada um conseguisse cumprir o seu dever, como autarca, da encantada e fantástica cidade que era Coimbra, cidade das 31 freguesias, embora, as Uniãos, as reduzissem a 18 unidades administrativas;
- Sobre o trabalho que estava a ser desenvolvido disse que decorria da lei proceder à instalação da Câmara Municipal e dos seus serviços, de acordo com o Código de Procedimento Administrativo - CPA, de forma que as competências que foram delegadas em mandato anterior cessaram, estando a Câmara Municipal a reorganizar-se;
- Informou que a Câmara Municipal aprovou a criação de até 7 lugares de Vereadores em exercício e a tempo inteiro e/ou a tempo parcial, encontrando-se já designados e publicados por edital, as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

competências e atribuições dos vereadores a tempo inteiro, feitas através do quadro anterior e que brevemente iriam ser conhecidas;

- Disse ainda que a Câmara Municipal estava a preparar uma acção preventiva e no âmbito da protecção civil de modo a encontrar uma solução para a desmatação das encostas das serras na zona de Coimbra e dos concelhos vizinhos, encontrando-se já elaborado o Plano de Intervenção de Emergência em situações de Cheias;
- Também a elaboração do Plano de Actividades e as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o próximo ano, era uma das prioridades da Câmara Municipal, estando apenas a aguardar a publicação do Orçamento de Estado de 2018;
- Registou com apreço que o descongelamento das carreiras do subsector autárquico tinha sido aprovado, havendo um aumento de atribuições e de competências para as autarquias;
- Deu conhecimento à Assembleia Municipal do direito de reversão de um terreno que a Câmara Municipal havia cedido, em regime de direito de superfície, para ampliação do velho Hospital Pediátrico, porque as evoluções empresariais de alguns sectores da saúde tinham determinado, a aplicação de determinadas componentes de fiscalidade, nomeadamente o IMI;
- Terminou, desejando a todos, um óptimo e bom trabalho ao serviço do Município e das motivações colectivas que animavam cada um.

2. Intervenção dos Grupos Políticos;

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP): (áudio 29:56 a 35:18 minutos – 1ª gravação)

- Começou por dizer que era com orgulho que chegavam à Assembleia Municipal, esperando que o novo mandato ficasse marcado pela disputa partidária saudável, para que as diferenças de ideologia, de visão e de projecto entre todos, não fosse um impedimento para o cumprimento da missão maior de reconquistar o estatuto que Coimbra outrora teve.
- Informou que como representantes eleitos, pretendiam defender de forma permanente, persistente e consistente, os interesses de Coimbra e dos conimbricenses, não só das crianças e dos jovens, mas também dos mais idosos e de todas as pessoas que por diversas razões se encontrassem em situação de vulnerabilidade social, centrando a sua actuação na busca da melhoria contínua de todos os factores que a influenciavam de forma directa ou indirecta, fomentando a criação de emprego e o empreendedorismo, e que o mesmo se revelasse efectivamente um motor de recuperação da economia local, onde o emprego cresce muito abaixo da média nacional.
- Terminou dizendo que Coimbra e os conimbricenses podiam contar com a vontade de trabalhar do CDS-PP.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): (áudio 35:42 a 42:24 minutos – 1ª gravação)

- Informou que o Movimento “*Cidadãos por Coimbra*” queria afirmar-se no compromisso de se debater por causas de interesse público e da melhoria das condições do Município de Coimbra e das suas freguesias, desafiando todos os órgãos autárquicos para que promovessem uma efectiva participação dos cidadãos na vida política, dando como exemplo, a abertura ao público de todas as sessões da Câmara Municipal;
- Em relação à Assembleia Municipal disse haver uma abertura mais plural, faltando apenas a regimentação de condições mais favoráveis à participação dos cidadãos nas suas reuniões e uma postura mais “*descolada*” das agendas do Executivo, assumindo-se assim, como um efectivo órgão regulador das políticas públicas municipais que acautelassem e demovessem medidas avulsas e reactivas desse mesmo Executivo e para isso, as cinco comissões da Assembleia Municipal poderiam trabalhar nesse sentido;
- Afirmou que partilhavam de todo o encantamento por Coimbra, mas não partilhavam da postura contemplativa e não aceitavam os investimentos de “*bandeira*”, nem antes nem depois da azáfama eleitoral, porque, no seu entender, nada se conseguia numa lógica de concorrência, de isolamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

identitário e de pequeno projecto, porque Coimbra, era uma marca, mas só se afirmaria na medida em que se colocasse no centro de uma rede diplomática e solidária com os territórios que a envolviam, dando como exemplo, os transportes e a mobilidade, como uma das maiores fragilidades;

- Terminou dizendo que potencialidades não faltavam, mas faltava seriedade, vontade e determinação de visão partilhada.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 43:00 a 50:05 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse estar certa que o amor pela cidade e a disponibilidade para assumir responsabilidades na governação tinha juntado todos naquela Assembleia e que doravante, o que importava era honrar a confiança daqueles que os tinham elegido e dignificar os órgãos de governação local, como contexto privilegiado para o amadurecimento da convivência em democracia;
- Disse que era tempo de municipalização, desconcentração, descentralização, em prol de um novo modelo organizacional, mais exigente e complexo, mais integrador e sustentável.
- Era tempo de ponderar sobre o papel e as atribuições da Assembleia Municipal, acautelando o seu bom funcionamento e garantindo a sua independência, por via da existência de instalações, equipamentos e apoios próprios;
- Terminou afirmando que os deputados municipais do Grupo Municipal “Somos Coimbra”, estavam comprometidos com os concidadãos, reforçando o compromisso de actuarem acima de diferenças ideológicas ou partidárias, em prol do fortalecimento de uma conduta democrática, que privilegiassem o bem-estar dos coimbricenses.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 50:33 a 56:32 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que a Assembleia Municipal era o lugar de todas as vozes, das razões de todas, a última fronteira entre a decisão e aplicação de políticas municipais, a praça principal dos debates e dos consensos que faz a história do Município;
- Informou da sua inteira disponibilidade para prosseguir um trabalho cujo mote motivador era a primeira vontade de todos os cidadãos, ou seja, viver com a dignidade a que tinham direito;
- Informou que iniciavam os trabalhos na assembleia num ambiente político que não era o mesmo de há 4 anos nas vidas de cada um, trabalhadores e na vida das autarquias locais, porque para a confiança com que iniciavam estes trabalhos era de que a democracia era muito mais do que apenas um ranking de vencedores e perdedores de um qualquer concurso mediato, porque a democracia só podia ser mais um lugar de esperança alicerçado na democracia do povo;
- Disse ainda que no mandato que agora se iniciava tinha-lhe sido proposta a delegação de competências nas mesmas áreas do mandato anterior e que aceitaram porque estavam dispostos a trabalhar em todos os domínios de toda a actividade municipal sem qualquer excepção e era dever que cumpririam;
- Terminou afirmando que iriam seguir as suas grandes “linhas” do seu programa e que eram contra quaisquer tentativas de privatização dos serviços públicos municipais, mas eram a favor da contratação de mais pessoal, para as freguesias, para o Convento de S. Francisco, para a criação do Conselho Municipal de Cultura, a defesa das micro e pequenas empresas, propondo que as reuniões do Executivo fossem públicas de modo a que todos os cidadãos pudessem participar.

Intervenção da deputada municipal Carolina Patrício (PSD): [\(áudio 57:20 a 59:58 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por assinalar o problema demográfico, afirmando que no passado tínhamos sido uma cidade animada por tricanas, futricas e doutores, hoje, assistia-se à extinção dessas classes motivada pelo êxodo populacional e seu consequente impacto na renovação das gerações;
- Coimbra estava descaracterizada porque tinha perdido a competitividade, o seu encanto cosmopolita, já não conseguia criar oportunidades de trabalho para os excelentes;
- Terminou afirmando que o ainda elevado número de eleitores que se abstiveram nas últimas eleições comprovava que o descrédito da política era uma verdade insofismável.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 00:41 a 10:03 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Presidente da Assembleia Municipal afirmando que o brilho com que desempenhava as suas funções institucionais, sem privilegiar nenhum partido, nem género, nem ninguém e tendo sabido quebrar os muros das conveniências dos interesses inconfessáveis, sem necessidade de se considerar superior, justificavam, assim, o prémio de ser proposto e eleito por todas as forças políticas;
- Dirigiu-se também, ao Presidente da Câmara Municipal afirmando que pela quinta vez, os Conimbricenses lhe tinham confiado a governação da sua, “*encantada*” cidade e, que sua eleição tinha tido outro significado, ou seja, os Conimbricenses tinha sido colocados no dever de ter de escolher entre um “*capataz*” ou “*rouxinol mentiroso*” e uma pessoa de “*reputada honestidade*” um “*Right Man*” e estes tinham escolhido o “*Right Man*”;
- Afirmou que ao longo do mandato que tinha findado, tinham apelado sensatamente ao espírito de cooperação e que a realidade tinha-se mostrado adversa e que os antagonismos afirmados não tinham trazido benefícios e os resultados, tinham ficado à vista, em especial para a Coligação “*Mais Coimbra*” e que não admirava por isso, que o recém-nascido Movimento “*Somos Coimbra*”, se reclamasse como “*a única verdadeira alternativa ao PS*”;
- Disse que, em democracia, era tão nobre estar no poder como na oposição e que o PS o tinha demonstrado num passado recente, na oposição, porque nunca tinha votado contra, porque sim, ou por fundamentalismo;
- Mais disse que se a oposição reclamava “*Coimbra*” nos seus slogans e siglas eleitorais, tinha agora o dever de o demonstrar, acompanhando a vontade manifestada dos Conimbricenses sufragada no dia 1 de Outubro último, a vontade de valorizar Coimbra, e os desígnios prioritários e fundamentais do seu programa, aí elencados nomeadamente, desencadear a implementação do Metro Bus e a inerente requalificação urbanística da zona Ribeirinha, da Universidade e do Hospital, impulsionar a requalificação e modernização da Estação de Coimbra B, desassorear o Rio Mondego e requalificar as suas margens, abrir a Via Central e reabilitar o Centro Histórico, sem se esquecer, a necessidade de reconhecer todas as vantagens de transformar o Aeródromo Municipal Bissaya Barreto em aeroporto;
- Terminou afirmando que o Partido Socialista sublinhava a mensagem do Presidente Manuel Machado no seu discurso de tomada de posse, afirmando: “*Vamos puxar todos para o mesmo lado! Vamos parar de dizer mal de Coimbra! Vamos todos contribuir, para o relançamento de Coimbra, que já está em curso!*”

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 10:42 a 11:46 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que tinha ficado acordado em Conferência de Líderes que seriam dados 2 minutos aos deputados municipais isolados, ou seja, que não pertenciam a nenhum grupo político, e assim, deu a palavra ao deputado municipal Rui Campos.

Intervenção do deputado municipal Rui Campos (MPT): [\(áudio 12:05 a 13:56 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por cumprimentar todos os vencedores das últimas eleições autárquicas, em especial a lista mais votada, o Partido Socialista e o Dr. Manuel Machado, bem com todos os representantes na Assembleia Municipal e todos os Conimbricenses, porque todos tinham sido vencedores;
- Lançou em seu nome e em nome do Movimento “*Partido da Terra*” “os desafios à Câmara Municipal de Coimbra no sentido de transformar Coimbra, numa cidade com soluções de mobilidade eficazes e capazes de servir as necessidades da cidade e de fazer Coimbra uma cidade livre de glifosato, dando cumprimento a uma deliberação desta Assembleia Municipal, tomada por unanimidade.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 10:42 a 17:05 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Pediu aos órgãos de comunicação social que se identificassem de modo a que todos soubessem quem os estava a gravar e/ou a filmar.

3. Eleições

a) Representantes da AM na Assembleia Intermunicipal da Região de Coimbra;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- b) **Delegados das Uniãos/Juntas de Freguesia ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;**
- c) **Representante da AM na Assembleia Distrital de Coimbra;**
- d) **Representantes da AM na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra (CPCJ);**
- e) **Representante da AM no Conselho da Comunidade do ACES – Baixo Mondego;**
- f) **Representante da AM no Conselho Municipal de Educação;**
- g) **Representante da AM no Conselho Geral do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro-Rovisco Pais;**

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 17:19 a 19:43 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que se iria proceder às sete eleições externas dos representantes da Assembleia Municipal, por voto secreto, dando conhecimento das propostas que tinham chegado à Mesa que continham os nomes propostos por todos os Líderes Políticos, baseada no Método de Hondt, mas também na lógica regressiva, de maneira a que todos os Grupos Políticos fizessem parte da mesma, dando de imediato a palavra ao 2º Secretário da Mesa, Victor Carvalho para leitura das propostas, dizendo que após distribuição dos boletins de voto, se passaria à chamada dos deputados municipais, para que efectivassem o seu voto:

PROPOSTA

Representantes da Assembleia Municipal na CIM - Assembleia da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra;

EFFECTIVOS

Luís Marinho – PS; Nuno Freitas – PSD; Ferreira da Silva – PS; Filomena Girão – SC; Francisco Rodeiro – PSD; Manuel Rocha – CDU; Ângela Pinto Correia – PS; Lúcia Santos – CDS-PP.

SUPLENTE

Graça Simões – CpC; António Pedro – PS; Paula Alves – PSD; Carlos Nunes da Silva – SC; Pinto Ângelo – CDU; Rosa Isabel – PS.

Delegados das Uniãos/Juntas de Freguesia ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

Presidente da União das Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades – PS – Fernando Abel (efectivo);
Presidente da União das Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila – CDU – Jorge Mendes (suplente).

Representante da Assembleia Municipal na Assembleia Distrital de Coimbra;

Presidente da Junta de Freguesia de Ceira – José Fernando dos Santos – PS.

Representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra (CPCJ);

Maria Isabel Fernandes de Carvalho Garcia – PS; Marisa Martins Pedroso Gonçalves; José João Lucas; Maria de Lurdes Santos.

Representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES – Baixo Mondego;

Vitor Carvalho – CDU

Representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação;

António Couceiro - PSD

Representante da Assembleia Municipal no Conselho Geral do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro-Rovisco Pais;

Vitor Parola – PS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 10:42 a 55:25 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que após votação de todos os deputados municipais, para os representantes da Assembleia Municipal na **Assembleia Intermunicipal da Região de Coimbra**, tinham sido apurados *45 votos SIM*, *4 votos NÃO* e 1 abstenção, assim, os eleitos foram os seguintes:

Luís Marinho – PS; Nuno Freitas – PSD; Ferreira da Silva – PS; Filomena Girão – SC; Francisco Rodeiro – PSD; Manuel Rocha – CDU; Ângela Pinto Correia – PS; Lúcia Santos – CDS-PP; Graça Simões – CpC; António Pedro – PS; Paula Alves – PSD; Carlos Nunes Silva – SC; Pinto Ângelo – CDU; Rosa Isabel – PS.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Informou que após votação de todos os deputados municipais, para os representantes da Assembleia Municipal no **Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses**, tinham sido apurados *36 votos SIM*, *11 votos NÃO* e *3 abstenções*, assim, os eleitos foram os seguintes:

Fernando Abel Simões, como membro efectivo e Jorge Mendes, como membro suplente.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Informou que após votação de todos os deputados municipais para o representante da Assembleia Municipal na **Assembleia Distrital de Coimbra**, tinham sido apurados *36 votos SIM*, *10 votos NÃO* e *4 abstenções*, assim, o eleito foi:

José Fernando dos Santos.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Informou que após votação de todos os deputados municipais para os representantes da Assembleia Municipal na **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra (CPCJ)**, tinham sido apurados *37 votos SIM*, *10 votos NÃO* e *3 abstenções*, assim, os eleitos foram os seguintes:

Maria Isabel Fernandes de Carvalho Garcia; Marisa Martins Pedroso Gonçalves; José João Lucas; Maria de Lurdes Santos.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Informou que após votação de todos os deputados municipais para o representante da Assembleia Municipal no **Conselho da Comunidade do ACES – Baixo Mondego**, tinham sido apurados *35 votos SIM*, *11 votos NÃO* e *4 abstenções*, assim, o eleito foi o seguinte:

Vitor Carvalho.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Informou que após votação de todos os deputados municipais para o representante da Assembleia Municipal no **Conselho Municipal de Educação**, tinham sido apurados *39 votos SIM*, *7 votos NÃO* e *4 abstenções*, assim, o eleito foi o seguinte:

António Couceiro.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Informou que após votação de todos os deputados municipais para o representante da Assembleia Municipal no **Conselho Geral do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro-Rovisco Pais**, tinham sido apurados *38 votos SIM*, *9 votos NÃO* e *3 abstenções*, assim, o eleito foi o seguinte:

Vitor Parola.

4. Eleição para a constituição das 5 (cinco) Comissões Permanentes da Assembleia Municipal.

a) Presidentes; Secretários.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 56:12 a 59:59 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que gostaria de deixar uma dúvida em relação ao funcionamento das comissões, porque pensava e acreditava que estas podiam vir ter um papel muito importante nos trabalhos da Assembleia, mas a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

experiência dos últimos 4 anos tinha sido muito negativa, não pelas pessoas que as tinham constituídas, mas sim pelo vazio porque não tinham passado do mero título da comissão o que tinha impossibilitado o desempenho adequado e por isso entendia que haveria vantagem em atribuir-lhes, com clareza, as capacidades que poderiam vir a ter com o Executivo, propondo uma alteração regimental que consolidasse estas atribuições, dando garantia e dignidade regimental, por considerar vantajoso para o funcionamento da Assembleia Municipal e para dar algum conteúdo às suas deliberações, como uma primeira abordagem dos grupos que viessem a ser constituídos de modo que começassem funcionar neste sentido e para esse fim.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 00:41 a 07:57 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que partilhava de muitas das observações colocados pelo deputado municipal Pinto Ângelo, entendia que haveria duas formas de encarar a Assembleia Municipal primeiramente, deveria dar resposta às questões políticas, que se punham na “*Ordem do Dia*”, ou seja, à política municipal. Outra coisa seria, tirar do órgão todas as suas potencialidades em termos de criar quadros de referência sobre o futuro da cidade, porque era essa a ideia que deveria orientar uma comissão permanente, porque estas deveriam estudar, propor, ouvindo o público, sendo capazes de encontrar respostas mais adequadas para o debate;
- Informou que era necessário aprofundar e clarificar os projectos de cada uma das comissões permanentes, porque entendia que não estavam claras e que se teriam de resolver de uma forma clara, entre a Mesa, o Presidente, os Líderes dos Grupos Políticos e os Presidentes e Secretários de cada Comissão e todos os elementos que a constituíam de modo a dar à cidade um conjunto de ideias, partilhadas por todos e que haveriam de ser o lastro daquilo que haveriam de ser o futuro da cidade, tirando às propostas o essencial de modo a que elas fossem mais eficazes e mais profundas, ou seja, o caris de que elas eram estritamente partidárias, o caris de que elas eram estritamente sectoriais, o caris de que elas eram estritamente fechadas à ideologia ou aos pontos de vista estratégicos de cada um dos Grupos Políticos, mas que eram o resultado de um acto de bom senso, de um estudo entre todas as componentes de uma Assembleia Municipal.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 10:59 a 14:14 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que depois de ouvidas as intervenções anteriores, o problema seria ultrapassado porque no Regimento estavam estatuídas as competências e os princípios orientadores das Comissões Permanentes, dando-lhes uma maior responsabilidade, apesar de não estarem definidos os seus objectivos;
- Informou ainda que as Comissões Permanentes tinham vantagem em terem uma representação multipartidária de todos os Grupos Políticos e que quanto às divergências que viessem a existir, seriam as mesmas ultrapassadas com a “*elegância de todos*”, em resultados concretos.

Intervenção do deputado municipal Rui Marques (PSD): [\(áudio 14:33 a 15:04 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Subscreeveu tudo aquilo que tinha afirmado o deputado municipal Hernâni Caniço, porque o Presidente da Assembleia Municipal, na reunião da Conferência de Líderes, tinha dado a todos os Líderes os Princípios Orientadores de Funcionamento das Comissões Permanentes, explicado de forma analítica e corrente e, até pedagógica, o que é que se pretendia dessas comissões.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 15:08 a 20:43 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Deu conhecimento da proposta que tinha chegado à Mesa de todos os elementos que constituíam as cinco Comissões Permanentes, pedindo ao 1º Secretário da Mesa que desse início à chamada, propondo que imediato se procedesse à votação individual de cada Comissão.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL **PRIMEIRA COMISSÃO**

Hernâni Pombas Caniço – PRESIDENTE – PS;
José Mário Pessoa Albino – SECRETÁRIO – SC;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Ana Carolina de Oliveira e Silva Patrício – Vogal – PSD;
Filipa Malva do Vale Gameiro Cardoso – Vogal – CDU;
Pedro Alexandre Ferreira Filipe – Vogal – CDS;
Graça Maria Jegundo Simões – Vogal – CpC;
Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues – Suplente – PS;
Maria dos Prazeres Gomes de Figueiredo Reis Teixeira Francisco – Suplente – SC;
José Manuel Nunes Filipe – Suplente – PSD;
Vitor Manuel Alves de Carvalho – Suplente – CDU;
Lúcia Isabel Ribeiro Santos – Suplente – CDS;
Serafim José dos Santos Duarte – Suplente – CpC.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Informou que após votação de todos os deputados municipais a *COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL* tinha sido eleita na sua composição na presidência e no secretariado, com 45 votos a favor, 2 votos contra e 4 abstenções.

COMISSÃO DE PROTECÇÃO, AMBIENTE E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO ***SEGUNDA COMISSÃO***

João Carlos Tavares Pinto Ângelo – PRESIDENTE – CDU
António Pedro Correia – SECRETÁRIO – PS
António Manuel Cabral Oliveira – Vogal – Não inscrito
Maria dos Prazeres Gomes de Figueiredo Reis Teixeira Francisco – Vogal – SC
Lúcia Isabel Ribeiro Santos – Vogal – CDS
Serafim José dos Santos Duarte – Vogal – CpC
Manuel Vaz Pires da Rocha – Suplente – CDU
José Manuel Seica Salgado – Suplente – PS
Filomena Rosa Martins Girão – Suplente – SC
João Francisco Monteiro de Lencastre Campos – Suplente – PSD
Maria Helena da Silva dos Santos Mendes – Suplente – CDS
Graça Maria Jegundo Simões – Suplente – CpC

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Informou que após votação de todos os deputados municipais a *COMISSÃO DE PROTECÇÃO, AMBIENTE E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO* tinha sido eleita na sua composição na presidência e no secretariado, com 44 votos a favor, 3 votos contra e 4 abstenções.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO ***TERCEIRA COMISSÃO***

Rui António Pires Marques – PRESIDENTE – PSD
Juvenal Ribeiro de Sousa – SECRETÁRIO – PS
Carlos Alberto Nunes da Silva – Vogal – SC
Jorge Espírito Santo Mendes – Vogal – CDU
Maria Helena da Silva dos Santos Mendes – Vogal – CDS
Rui Miguel Rodrigues Moreira Claro – Vogal – PS
Paula Cristina Dias Sanches Pinto Alves – Suplente – PSD
Paulo Jorge de Almeida Cardoso – Suplente – PS
João José Matos Alves Aldeia – Suplente – SC
João Carlos Tavares Pinto Ângelo – Suplente – CDU
Lúcia Isabel Ribeiro Santos – Suplente – CDS
Pedro Alexandre Ferreira Filipe – Suplente – CDS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Informou que após votação de todos os deputados municipais a *COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO* tinha sido eleita na sua composição na presidência e no secretariado, com *44 votos a favor, 1 voto contra e 6 abstenções*.

COMISSÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E EXTERNAS

QUARTA COMISSÃO

João José Matos Alves Aldeia – PRESIDENTE – SC
Paula Cristina Dias Sanches Pinto Alves – SECRETÁRIO – PSD
Rosa Isabel Cruz – Vogal – PS
António Ferreira Lopes – Vogal – CDU
Luís Filipe Gonçalves da Silva – Vogal – PS
António Manuel Cabral Oliveira – Vogal – Não inscrito
José Mário Pessoa Albino – Suplente – SC
Ana Carolina de Oliveira e Silva Patrício – Suplente – PSD
João Paulo Nunes Marques – Suplente – PS
Filipa Malva do Vale Gameiro Cardoso – Suplente – CDU
Pedro Alexandre Ferreira Filipe – Suplente – CDS
Horácio Valdemar Rodrigues Costa – Suplente – PS

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Informou que após votação de todos os deputados municipais a *COMISSÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E EXTERNAS* tinha sido eleita na sua composição na presidência e no secretariado, com *43 votos a favor, 1 voto contra e 6 abstenções*.

COMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

QUINTA COMISSÃO

Vitor Manuel Salgueiro da Silva Parola – PRESIDENTE – PS
Maria Helena da Silva dos Santos Mendes – SECRETÁRIO – CDS
José Francisco Pereira Rodeiro – Vogal – PSD
Filomena Rosa Martins Girão – Vogal – SC
Vitor Manuel Alves de Carvalho – Vogal – CDU
Rui Armando Dias Gaspar Henriques de Campos – Vogal – Não inscrito
José Manuel Ferreira da Silva – Suplente – PS
Pedro Alexandre Ferreira Filipe – Suplente – CDS
Carlos Alberto Nunes da Silva – Suplente – SC
Jorge Espírito Santo Mendes – Suplente – CDU
Rui António Pires Marques – Suplente – PSD
Joaquim Dinis Pereira – Suplente – PS

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Informou que após votação de todos os deputados municipais a *COMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS* tinha sido eleita na sua composição na presidência e no secretariado, com *44 votos a favor, 1 voto contra e 6 abstenções*.

5. Parque Verde do Mondego - Ampliação do Edifício de Restauração – Acção de relevante interesse público para a ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN), nos termos do artº 21º do Regime Jurídico da REN – **Aditamento;**

Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 00:30 a 02:52 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Esclareceu que a proposta que ia à Assembleia Municipal era na prática a renovação da autorização anteriormente concedida à entidade designada, “Coimbra Polis” que tinha sido transferida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

patrimonialmente para a Câmara Municipal e, decorrente das cheias de 2016, tinha sido empreendida a alteração construtiva de modo a que não se repetissem as cheias de 2016;

- Mais disse, que a preocupação da Câmara Municipal tinha sido encomendar ao mesmo arquitecto de modo a subir o nível das construções para a operação comercial, para que não se repetissem os danos com as cheias de 2016, tendo a Câmara Municipal pedido à CCDR que validasse o parecer que antes havia emitido e, a CCDR, tinha solicitado a autorização da Assembleia Municipal;
- Disse tratar-se de uma obra que já se encontrava adjudicada e que se destinava a acolher novamente as funções comerciais melhoradas que antes tinham estado a operar no sítio das áreas da Reserva Ecológica Nacional.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 03:11 a 04:01 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que da ruína que era a defunta urbanização, ironicamente chamada “*Jardins do Mondego*”, via-se a ruína em que se tinha tornado o edificado do Parque Verde;
- Assim mais do que procurar responsáveis, exigia-se ao Executivo que acelerasse as respostas;
- Terminou dizendo que nesse pressuposto davam o seu aval ao pedido de declaração de interesse municipal para a ampliação destes edifícios, conscientes que fazia falta a Coimbra aquele espaço de lazer, porque para além de ser mais do que uma afirmação meramente administrativa, impunha-se uma exigência de trabalho para que se evitasse a repetição do desastre.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 04:14 a 05:04 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que era de todo o interesse aquilo que o deputado municipal Pinto Ângelo tinha acabado de dizer, mas os Cidadãos por Coimbra gostariam que não se ficasse por ali, que fosse considerado um plano global de reaproveitamento do rio, com outras medidas e que fosse considerada a reabilitação das marginais.

Deliberação nº 26/2017

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do dia 27 de Novembro último, nos termos do artº 21º do Regime Jurídico da REN, deliberou, por maioria, com 45 votos a favor e 6 abstenções, aprovar a *Declaração de Interesse Público Municipal, para o Projecto de Ampliação do Edifício de Restauração do Parque Verde do Mondego*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

6. Formalização da adesão à Fundação de Serralves e desenvolvimento de parceria.

Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 07:30 a 10:48 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que o essencial do processo estava escrito, acrescentando que a adesão proposta com a Fundação Serralves tinha um objectivo estratégico importante, o de poder acolher em Coimbra iniciativas de natureza relevante, nomeadamente o aumento da realização de eventos culturais, utilizando os equipamentos que Coimbra tinha, designadamente o Convento de S. Francisco;
- Terminou dizendo que se a Câmara Municipal fosse autorizada pela Assembleia municipal a fazer este acordo, ir-se-ia ter a oportunidade de expor a obra de Miró de que era detentora a Fundação Serralves nos termos em que era proposto e assim valorizar Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 11:06 a 12:54 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que na reunião do Executivo da Câmara Municipal que tinha precedido esta Assembleia Municipal tinha aprovado os termos gerais do acordo da parceria com a Fundação Serralves, e acompanhariam com o seu voto a provação unânime obtida na Câmara, mas não era inteiramente claros os termos em que essa pareceria se iria concretizar, colocando algumas questões sob a forma de considerações, porque que era essencial que a exposição proposta pela referida Fundação e prevista no protocolo, se inserisse na política que se pretendia adoptar nesse domínio, que os custos inerentes a essa pareceria não deveria seu um encargo para o orçamento da cultura, que deveriam ser esclarecidos quais os deveres da Fundação relativamente ao ponto de consultadoria proposto no final do protocolo, que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

assegurasse a coordenação desta intervenção nos espaços positivos da cidade com a política definida ou a definir para estes mesmos espaços e respectivas equipas e uma vez que responsabilidade de escolhas dos conteúdos e de formas de exposição anuais era exclusivos da Fundação considerava que se deveria garantir em sede de protocolo que os custos a afectar à Câmara Municipal de Coimbra fossem predefinidos no seu montante máximo evitando custos adicionais imprevistos;

- Terminou saudando este investimento na área da cultura esperando que este fosse estendido às estruturas da cidade assegurando um funcionamento continuado dessas instituições e do serviço que prestavam à cidade.

Intervenção do deputado municipal Cabral de Oliveira (PPM): [\(áudio 13:14 a 15:59 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse não alcançar nem entender, a despeito das "*competências especializadas*" daquela entidade, questionando, por que razão haveria o Município de Coimbra apoiar uma instituição de que, os que estavam espacialmente mais próximos, se retiravam;
- Percebia que Serralves, para além do pecúlio, quisesse alargar a sua influência cultural e territorial, mas que o fizesse às suas expensas, sem ter de recorrer aos outros e que via sempre, com redobrado prazer, a chegada a Coimbra de boas exposições, uma por ano que fosse, de outras origens.
- Terminou afirmando que discordava da aprovação do Executivo Camarário, surpreendendo-o a unanimidade da deliberação, mas confortado pelo voto democrático, o seu voto não.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 16:16 a 21:51 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Começou por questionar porque é que o Executivo Municipal que tinha deliberado a adesão à Fundação de Serralves, em reunião de 05/12/2016 só agora, passado um ano, e só depois de se iniciar um novo mandato autárquico, trazia esta questão à Assembleia?
- Mais disse que em termos da Lei, era obrigatoriedade do Município fundamentar o interesse público municipal que motivava a participação na Fundação e que os pressupostos justificativos do relevante interesse apresentados, não eram suficientemente esclarecedores;
- Disse reconhecer a importância para a cidade de instituições de arte contemporânea, como o Centro de Artes Visuais (CAV) promotor dos Encontros de Fotografia, mas se não havia disponibilidade ou vontade, por parte da Câmara para subsidiar o CAV, como se compreendia a realização do protocolo e a parceria com a Fundação de Serralves?
- Terminou afirmando que não poderiam deixar de saudar o excelente trabalho do Círculo de Artes Plásticas de Coimbra na produção e realização da magnífica Bienal AnoZero, mas neste caso concreto, não aprovariam o protocolo da parceria, não porque tivessem uma visão paroquial da cultura, mas porque não conseguiam compreender a falta de coerência da política cultural gizada por este Executivo e a expressão da manifesta falta de estratégia.

Deliberação nº 27/2017

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do dia 27 de Novembro último e nos termos da alínea n), do nº 1 do artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, deliberou, por maioria, com 39 votos a favor, 2 contra e 5 abstenções, aprovar a *participação do Município de Coimbra, como fundador na Fundação de Serralves, bem com o teor da minuta do Protocolo*, com a mesma

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.

